

Tendências de longo prazo nas relações económicas internacionais*

MÁRIO MURTEIRA**

1. Considerando a estrutura das exportações mundiais descrita no quadro I, afigura-se à primeira vista uma apreciável estabilidade nas três décadas de 50 a 80, tomando por referência o começo e o termo desse período. Com efeito, as partes dos três «mundos» — capitalista desenvolvido, socialista e subdesenvolvido — no comércio internacional em 1980 pouco diferem da participação dos mesmos grupos trinta anos antes. E, todavia, cerca de 1974 parece desenhar-se profunda alteração, consequência como se sabe da repentina valorização internacional do petróleo.

Na realidade, essa visão superficial esconde, por um lado, diferenças qualitativas profundas das primeiras décadas do período em relação à terceira e, por outro lado, assimetrias consideráveis na evolução interna de alguns desses grandes grupos de países.

Com efeito, no período de grande expansão do capitalismo desenvolvido — e do comércio internacional — que termina em 1974 é nítida a deterioração da parte do terceiro Mundo no comércio internacional. Não é por acaso que o grande projecto da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) se afirma e exprime no âmbito da ONU precisamente por essa altura, quando eclode a grande crise económica internacional — curiosamente «atrasada» quase vinte anos, em relação ao tempo que demorara a manifestação da crise de 1929, tomando por referência o termo das duas Guerras Mundiais. Depois de 70 prossegue o declínio da participação dos países não exportadores de petróleo (reduzida para metade no período 50/70) e afirma-se o dinamismo dum pequeno grupo de exportadores de produtos manufacturados, usualmente designados por NPI (Novos Países Industrializados), enquanto o Japão numa trajectória espectacular de longo prazo atinge praticamente, em 1981, a mesma participação no comércio mundial que o conjunto de países socialistas da Europa, URSS incluída.

Algo de mais profundo, porém, pode ser detectado nos Quadros II e III. A ideia principal a reter é a de que no comércio entre o Norte (capitalista) desenvolvido e o Sul subdesenvolvido, a troca de produtos manufacturados por produtos primários — digamos, DIT no sentido clássico — abre lugar à «nova» DIT em que se permutam produtos manufacturados predominantemente intensivos em capital e/ou trabalho qualificado por produtos predominantemente intensivos em trabalho pouco qualificado, ainda que tendendo a aumentar a importância do trabalho qualificado.

Quanto a isto, todavia, duas importantes qualificações são necessárias:

Em primeiro lugar, o grupo de países que a UNCTAD designa por economias de rápido crescimento de exportações de produtos manufacturados representava apenas cerca de 1/6 das exportações totais do Terceiro Mundo em 1981. Isto é: o fenómeno dos chamados NIC; qualquer que seja o seu significado, é circunscrito a parte reduzida do mundo subdesenvolvido.

Por outro lado, as empresas transnacionais (ETN) ocupam parte determinante do comércio internacional desses países (como, aliás, do comércio mundial): por exemplo, contam para cerca de 70% das exportações de produtos manufacturados de Singapura, mais de 40% no Brasil e 30% nos casos da Argentina e México⁽¹⁾. Para além doutras considerações, a «nova» DIT parece assim sobrepôr-se à «velha» DIT, sem a substituir, mas antes consolidando e adaptando os fundamentos do domínio dos capitalistas cênicos sobre os periféricos.

2. A simultaneidade da eclosão da grande crise de 74/75 com a consagração formal dos princípios da NOEI determinou o início duma efectiva transformação da «velha» ordem económica segundo aqueles princípios ou, antes, segundo a lógica própria do processo capitalista actual, em flagrante contradição com esse projecto? A resposta, como se sabe, vai no segundo sentido e interesse desvendar um pouco o significado de tal evolução. Só captado esse sentido se poderá, além do mais, avaliar do carácter possivelmente utópico da NOEI.

Sem pretender uma análise aprofundada dos factores determinantes da presente crise económica internacional, interessa todavia destacar alguns factos essenciais.

Para comodidade de exposição podemos distinguir factores *internos* inerentes ao funcionamento dos capitalismos cênicos, dos factores *externos* respeitantes às relações internacionais e transnacionais envolventes das economias nacionais.

No que se refere aos factores internos, um estudo da Comissão Económica para a Europa, da ONU⁽²⁾ fornece significativa informação empírica sobre a evolução registada até 1974. Regista-se a terciarização dos capitalismos desenvolvidos — com crescente peso das necessidades de consumo «intensivas em serviços» — o declínio da parte do capital no rendi-

(*) Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional de Política Económica, realizado no Rio de Janeiro em Agosto de 1984.

** Professor Catedrático do ISCTE

(1) Cf. *Trade and Development Report* (1982), p.77.

(2) *Overall Economic Perspective for ECE region up to 1990*, U.N., Genebra, 1978.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)

	1950	1970	1974	1980	1981
Capitalismo Desenvolvido	61.1	71.3	64.6	63.0	62.7
América do Norte	21.7	18.9	15.6	14.1	15.2
Europa	33.4	43.7	40.2	40.4	37.7
Japão	1.4	6.1	6.6	6.4	7.7
Países Socialistas	8.1	10.6	8.6	8.8	9.2
Europa	6.8	9.8	7.8	7.8	8.0
Ásia	1.3	0.8	0.8	1.0	1.2
Países Subdesenvolvidos	30.8	17.9	26.9	28.2	28.1
Maiores Exportadores de petróleo	7.2	6.7	16.2	16.9	16.3
Maiores Exportadores de produtos manufacturados *	6.9	3.0	3.3	4.2	4.8
Outros	16.7	8.2	7.4	7.1	7.0

Fonte: Manual de Estatísticas da UNCTAD (1983).

* Argentina, Brasil, Coreia, Hong-Kong, Singapura e Taiwan, segundo a classificação da UNCTAD.

QUADRO II

COMÉRCIO DE PRODUTOS MANUFACTURADOS ENTRE PAÍSES CAPITALISTAS DESENVOLVIDOS E PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS SEGUNDO A «INTENSIDADE DOS FACTORES» (em %)

	1963	1973	1980
Exportações para países subdesenvolvidos	100	100	100
Produtos intensivos em trabalho			
— Baixa Qualificação	15,9	10,6	9,4
— Alta Qualificação	33,9	39,6	37,0
Produtos intensivos em capital	51,1	49,8	53,6
Importações dos países subdesenvolvidos	100	100	100
Produtos intensivos em trabalho			
— Baixa Qualificação	37,3	44,1	42,4
— Alta Qualificação	5,6	16,9	21,3
Produtos intensivos em recursos	57,1	39,0	36,3

Fonte: Trade and Development Report, 1982 (UNCTAD), p. 81.

mento nacional e da taxa de rentabilidade do investimento, dificuldade em assegurar crescimento da produtividade que, com emprego estacionário ou declinante, permita o crescimento económico global. Destes factos, além doutros, concluem os autores do citado estudo a necessidade de «acentuação da divisão internacional do trabalho» em termos que permitam o relançamento do crescimento da produtividade nos países centrais. Para além disto, regista-se a incapacidade dos instrumentos reguladores das políticas económicas nacionais para enfrentarem simultaneamente pressões inflacionárias, taxas elevadas de desemprego e, por vezes, défices consideráveis nas finanças públicas e nos pagamentos externos.

Passando às relações internacionais (e transnacionais) regista-se a crescente relativização do espaço económico nacional como campo das políticas económicas dos estados, dito doutra maneira, a acentuação de dependências e interdependências entre economias nacionais, em paralelo com a afirmação dos poderosos interesses das E.T.N. que entram, por vezes, em conflito com os interesses «nacionais» dos capitalismos céntricos, onde aquelas empresas se encontram sediadas.

Essa crescente interdependência manifesta-se de várias formas:

Nos ajustamentos de ordem monetária e financeira que decorrem nos escombros do sistema monetário internacional instituído em Bretton Woods e que não

foi ainda substituído por outro. A eminência dum colapso financeiro de grandes proporções, nos últimos anos, por força do endividamento externo galopante de países do Terceiro Mundo — ele próprio resultante, em larga medida, da inexistente ou ineficaz regulação dos mecanismos monetário-financeiros a nível internacional — é exemplo da solidariedade forçada entre capitalismos desenvolvidos (e subdesenvolvidos) efeito dessa interdependência. O mesmo se pode afirmar do reforço do papel do FMI como «grande inspector» das finanças internas e externas das economias nacionais periféricas, nos vários continentes do México, Brasil e Argentina, a Portugal, Filipinas, Costa do Marfim ou Guiné-Bissau.

QUADRO III

**BALANÇA COMERCIAL DOS PAÍSES CAPITALISTAS DESENVOLVIDOS COM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS,
EM PRODUTOS MANUFACTURADOS SEGUNDO A «INTENSIDADE DOS FACTORES»
(10⁹ dólares)**

	1963	1973	1980
Produtos intensivos em trabalho			
Baixa Qualificação	+ 1,3	- 3,0	-10,8
Têxteis			
Vetúário			
Outros			
Alta Qualificação	+ 5,6 (40.6)	+20,2 (52.1)	+72,5 (44.7)
Intensivos em capital e intensivos em recursos	+ 6,9 (50.0)	+21,6 (55.7)	+100,5 (62.0)
Total	+13,8	+38,8	+162,2

Fonte: *Trade and Development Report*, 1982 (UNCTAD), p. 82

Os valores entre parênteses são percentagens do total.

Na acentuação da integração económica formal e informal entre os capitalismos cêntricos que compõem a OCDE, designadamente à escala europeia, ainda que os processos formais de integração (primeiro e segundo alargamentos da CEE) marquem passo face aos processos reais de integração em curso. Um dos reflexos desta tendência reside no desenvolvimento mais rápido das trocas entre as economias capitalistas centrais do que entre estas e as periféricas, embora esta tendência pareça ter-se invertido a partir dos fins dos anos 70.

Na internacionalização dos processos produtivos sob a égide das E.T., originando circuitos «fechados» de transferência de produtos e tecnologias entre economias «nacionais» que, na realidade, são des-estruturadas e re-estruturadas segundo lógicas transnacionais.

Na maior pressão, derivada do crescimento económico mundial, sobre os recursos naturais não renováveis que determina, só por si, crescente interdependência entre economias centrais e periféricas. Com efeito, as reservas mundiais de petróleo e minerais são fortemente concentradas do ponto de vista geográfico: para mais de uma dezena de minerais essenciais à indústria, a parte dos três países que detêm maiores reservas excede 50%. Daqui resulta que mesmo os países desenvolvidos de grandes dimensões e recursos aumentem a sua dependência do exterior em matéria de recursos naturais. Em 1950, os EUA só dependiam do exterior em mais de 50% das necessidades no caso de *quatro* minerais importantes; em 1976 esse número passou a *setenta e seis*; actualmente, os EUA recorrem a importações para satisfazer mais de 80% das suas

necessidades em cerca de doze minerais importantes (3).

Embora a experiência decorrente da valorização do preço do petróleo nos últimos dez anos seja dificilmente generalizável, demonstra todavia a amplitude dos ajustamentos que podem resultar do aumento do preço real de recursos não renováveis e de importância estratégica. A OCDE (4) avaliou que os seus países membros reduziram, desde 1973, o consumo de energia por unidade de PNB em 16% e no referente ao petróleo em 26%. Segundo a mesma fonte, o primeiro choque petrolífero (fins de 1973) reduziu o *crescimento possível* do PNB americano em 8,5% e o segundo (fins de 1979) determinou uma quebra de 6% nesse PNB. O Banco Mundial (5), por seu turno, estima que em ambos os casos os países capitalistas desenvolvidos transferiram 2% do seu produto nacional para os países da OPEP.

3. A resposta à questão genérica que anteriormente formulámos — lógica da transição na crise actual do capitalismo — parece assim extremamente difícil face à amplitude e complexidade das transformações em curso. As perspectivas imediatas de superação da crise, frágeis e incertas, apontam para uma recuperação forte nos EUA e Japão e frouxa na Europa, aparentemente, para a re dinamização da economia capitalista mundial de «cima para baixo» (Cf. Quadro IV), com reforço da presente hierarquia das relações económicas internacionais. Ou seja: na direcção oposta ao sentido da NOEI e a todo o cortejo de reivindicações do chamado diálogo Norte/Sul. De notar também que segundo as previsões

constantes do Quadro V, o relançamento a curto prazo do comércio mundial permitirá aumento relativo (e absoluto) na capacidade de importar e nas importações dos países desenvolvidos muito mais acentuado do que nos subdesenvolvidos. Por outro lado, com excepção do Japão, o relançamento previsto dos capitalismos referidos no Quadro IV é compatível com a permanência de elevadas taxas de desemprego, fenómeno que assume cada vez mais carácter estrutural em lugar de cíclico. Só por si, estes factos sugerem a necessidade de reajustamentos estruturais de grande amplitude, quer ao nível intra-nacional dos capitalismos cêntricos quer ao nível das relações internacionais.

II

4. Certamente que os futuros possíveis da economia mundial estão já contidos no seu presente e passado mais ou menos próximo. Várias tentativas foram realizadas nos últimos anos para desvendar esses futuros alternativos: por exemplo, os relatórios dirigidos ao Clube de Roma, o estudo das N.U. coordenado por W. Leontief, o relatório da OCDE resultante do projecto *Interfutures*, o relatório da comissão Brandt, enfim, o extenso trabalho intitulado «The Global 2000 Report to the President of the U.S. — Entering the 21st. century» cor-

(3) Cf. sobre este tema, o Cap. x de «The Future of the World Economy», W. Leontief e outros, N.U., 1977.

(4) *Perspectives Economiques de l'OCDE*, Julho 1982, p. 8 e 18.

(5) *World Development Report*, 1981, Cap. 2.

QUADRO IV

TENDÊNCIAS RECENTES NA PRODUÇÃO MUNDIAL (*)

	1975/80	1981	1982	PREVISÃO	
				1983	1984
Mundo	3.9	1.1	-0.1	1.7	3.4
Capitalismo Desenvolvido	3.4	1.3	-0.2	2.0	3.2
EUA	3.6	1.9	-1.8	3.0	4.5
Japão	5.1	3.0	3.0	3.2	3.5
Europa Ocidental	2.9	-0.3	0.4	0.7	1.7
Países subdesenvolvidos	5.3	0.3	0.5	0.2	4.0
Países socialista da Europa	4.3	2.0	2.2	3.3	3.5
Taxas de desemprego na OCDE: (por memória)					
EUA	—	7.6	9.5	10.0	8.8
Japão	—	2.2	2.3	2.3	2.2
RFA	—	4.8	7.0	9.0	10.0
R.U.	—	10.6	12.3	12.5	12.5
França	—	7.3	8.5	9.5	10.5

(*) Percentagens de variação anual em volume.

Fonte: *Trade and Development Report*, (UNCTAD), 1983.

respondendo a solicitação do Presidente Carter. De propósitos e metodologias muito diversas, convergem todavia nalguns pontos críticos que interessam à análise das relações económicas internacionais. Esses pontos críticos respeitam, em grande parte, mas não exclusivamente, às relações entre população, recursos e meio ambiente, bem como ao crescente desequilíbrio Norte-Sul. Nestas matérias, o particular interesse do *Global 2000 Report* reside na análise do sombrio futuro a longo prazo que resultaria do prolongamento e da conjugação das tendências actuais. Aí se pode ler (6):

«O mundo em 2000 será diferente do mundo de hoje em importantes aspectos. (...) Por cada duas pessoas na Terra em 1975 haverá três em 2000. O número de pobres aumentará. Quatro quintos da população mundial viverá em países subdesenvolvidos. Além disso, em termos de aumento *anual* da população mundial, o crescimento no ano 2000 será 40% superior ao de 1975.

O desnível entre os mais ricos e os mais pobres terá aumentado. Em todas as unidades de medida do bem material que o estudo fornece — PNB per capita e consumo per capita de alimentos, energia e minerais — o desnível aumentará. Por exemplo, estima-se que o desnível entre o PNB per capita nos países subdesenvolvidos e nos industrializados aumente de cerca de 4000 dólares em 1975 para cerca de 7900 em 2000. Continuarão também a existir grandes disparidades dentro dos países.

Haverá menos recursos para aproveitar. Enquanto, em média mundial,

havia cerca de quatro décimos dum hectare de terra arável por pessoa em 1975, haverá apenas um quarto de hectare por pessoa no ano 2000. Nesta data, terão sido consumidos cerca de 1000 biliões de barris dum total de 2000 biliões correspondentes às reservas originais de petróleo (...)

O meio ambiente terá perdido importantes capacidades de suporte vital (...) Em pouco mais do que duas décadas, 15 a 20% da totalidade das espécies animais e vegetais actualmente existentes terão sido extintas — uma perda de, pelo menos, 500000 espécies».

Face a estes futuros imaginados «sem surpresa» que acumulam problemas sem mecanismos de auto-correcção, é indispensável identificar as áreas estratégicas de mudança. Segundo o relatório do grupo *Interfuturs* da OCDE as questões nevrálgicas podem referenciar-se em função de quatro temas: a transição energética; a procura, por parte dos países desenvolvidos, de políticas nacionais adaptadas ao novo contexto; os esforços comuns para o desenvolvimento do Terceiro Mundo; as novas formas de cooperação internacional. Tudo isto inserido num processo científico e tecnológico hipercomplexo e acelerado em que constituem domínios estratégicos o complexo da electrónica — telecomunicações, telemática, robótica... — a biologia e as suas incidências na agricultura e na indústria, a busca de novas fontes de energia, enfim, as perspectivas abertas pela exploração dos oceanos e do espaço.

Claro que também são determinantes as hipóteses admitidas quanto ao futuro da corrida aos armamentos, designadamente no que se refere à crescente militarização do Terceiro Mundo e à escala da afectação de recursos científicos e tecnológicos e mesmo de recursos materiais ao processo armamentista (7).

Na nossa reflexão, porém, sem ignorar aquelas questões, vamos situar-nos mais especificamente no domínio das relações *económicas* internacionais e do condicionamento mútuo entre essas relações e as estratégias económicas nacionais, particularmente do ponto de vista das economias «do Sul» ao de nível intermédio.

5. Uma questão crucial que defrontam hoje as economias nacionais respeita à sua capacidade de adaptação estrutural ao contexto movediço e incerto das relações económicas internacionais. Obviamente que o mesmo tipo de questão se coloca aos níveis das chamadas

(6) Volume I: *The Summary Report*, Pergamon Policy Studies, 1980, Nova Iorque, p. 39.

(7) Cf., para uma análise sintética destas questões, o Cap. 3 do *Trade and Development Report* de 1982 e, em particular, o estudo das Nações Unidas, *The Relationship between Disarmament and Development*, Nova Iorque, 1982. Lê-se neste último relatório (p.160) que em 1980 as despesas militares mundiais atingiram 6% da produção mundial. Este valor equivale, grosso modo, à formação bruta de capital fixo no conjunto dos países subdesenvolvidos e a dezanove vezes a ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) de todos os países da OCDE, no mesmo ano.

QUADRO V

TENDÊNCIAS RECENTES NO COMÉRCIO MUNDIAL (*)

	1970/80	1975	1981	PREVISÃO	PREVISÃO	
				1982	1983	1984
Mundo						
Volume exportações	5.8	6.0	-0.8	-2.0	0.2	4.5
Valor unitário	14.1	11.5	-2.3	-4.0	-2.5	4.0
Países capitalistas desenvolvidos						
Volume exportações	6.4	6.5	1.5	-0.7	0.0	4.0
Termos de troca	-2.1	-2.1	-0.1	2.3	5.0	2.0
Poder de compra das exportações	4.3	4.4	1.4	1.6	5.0	6.0
Volume importações	4.9	5.7	-3.0	-0.8	0.8	5.0
Países subdesenvolvidos						
Volume exportações	1.2	2.8	-8.7	-3.8	1.2	4.6
Termos de troca	8.3	4.9	8.7	-3.6	-7.0	0.1
Poder de compra das exportações	10.5	7.7	0.0	-7.4	-5.9	4.7
Volume importações	7.3	0.0	11.2	-3.4	-0.6	3.1

(*) Percentagens de variação anual.

Fonte: *Trade and Development Report*, (UNCTAD), 1983.

QUADRO VI

CENÁRIOS UNITAD — ADENSAMENTO DAS RELAÇÕES SUL/SUL (*)

	1975/82	CENÁRIOS PARA 1982/90		
		Trend A-0	A-1	B-3
Países capitalistas desenvolvidos	2,5	2,4	2,4	2,9
América do Norte	2,7	2,3	2,3	2,8
Europa Ocidental	2,2	2,7	2,7	3,2
Japão	4,3	3,1	3,1	3,6
Outros	1,7	2,2	2,2	2,8
Países Socialistas (Europa)	3,6	3,6	3,6	3,6
Países Subdesenvolvidos	4,4	3,7	4,5	6,4
América Latina	4,0	2,8	3,6	6,5
África Sub-saariana	3,4	1,8	1,9	2,3
Ásia Ocidental e Norte de África	2,6	7,4	7,8	9,0
Ásia do Sul	4,1	3,5	3,9	5,7
Ásia Oriental e do Sudoeste	7,8	4,1	5,5	6,4
Países Socialistas da Ásia	4,5	6,0	9,5	9,7

(*) Taxas médias anuais de crescimento do PNB, em termos reais.

Fonte: *Trade and Development Report*, (1983), pág. 119.

O cenário A-0 corresponde à tendência, com o crescimento previsto dos países desenvolvidos dado exogenamente.

O cenário B-3 admite entre outras hipóteses, uma elasticidade de 0.22 do crescimento dos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos.

meso e micro-economias (8), mas é a dimensão macro-económica nacional que mais nos interessa considerar.

O futuro a longo prazo da economia mundial está, em grande parte, condicionado pela conjugação das estratégias nacionais de desenvolvimento e adaptação estrutural e das tendências englobantes das relações económicas internacionais.

Por um lado, as estratégias nacionais são mais ou menos decisivamente condicionadas do exterior. O condicionamento é particularmente forte, como se sabe, nos casos em que a situação crítica dos pagamentos externos determina medidas de ajustamento segundo os padrões habitualmente utilizados pelo FMI, em que a tónica é posta nos mecanismos de mercado, na abertura da economia à concorrência internacional, e na utilização de medidas restritivas da procura agregada. Neste sentido, e além do mais, o endividamento externo é uma armadilha em que os graus de liberdade da política macro-económica do estado nacional ficam severamente limitados.

A generalização destas situações significa pois, ao mesmo tempo, a generalização de processos de adaptação dum determinado tipo, abrangendo quer nações semi-industrializadas quer até nações do grupo dos LDC (Least Developed Countries).

Por outro lado, as tendências das relações económicas internacionais são também decisivamente condicionadas pelos comportamentos das economias nacionais mais poderosas, designadamente dos EUA. Não é necessário insistir nas consequências resultantes para grande número dos países subdesenvolvidos da valorização do dólar e da política de altas taxas de juro.

Este tipo de considerações conduz à argumentação favorável ao adensamento das relações Sul-Sul, na linha do chamado autocentrismo colectivo. Tendo também em conta as perspectivas de crescimento dos capitalismos céntricos — mais reduzidos do que as observadas até meados dos anos 70 — é evidente que, só por esse facto, seria desejável desconectar nalguma medida o crescimento do Sul do crescimento do Norte. «Se os países desenvolvidos de economia de mercado vão crescer a 2,4% ao ano até ao fim da década, a média de crescimento dos países subdesenvolvidos não excederá 3,7% ao ano, muito abaixo dos 5,6% verificado nos anos 70 e também abaixo da média anual de 4,4% registados no período posterior a 1974. Em termos per capita,

o desnível de rendimento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos aumentaria (9)».

O projecto UNITAD — realizado em colaboração entre a UNIDO e a UNCTAD — permitiu a elaboração de cenários explorando as possibilidades desse adensamento de relações Sul-Sul (10). O cenário mais prudente (A-1) e o mais favorável (B-3) — contemplando diversas hipóteses relativas à intensificação do comércio Sul-Sul nas várias categorias de produtos, ao aumento dos inputs na agricultura dos países subdesenvolvidos, e aos efeitos de *feedback* no crescimento dos países desenvolvidos — constam do Quadro VI. No caso B-3, o crescimento dos países subdesenvolvidos seria 50% superior ao admissível no cenário A-0, sem adensamento de relações Sul-Sul.

Não é necessário insistir no carácter normativo e voluntarista dum tal cenário. É porém importante compreender que a congregação da expectativa do crescimento mais lento para os capitalismos céntricos com o reconhecimento da necessidade do crescimento rápido das periferias implica inevitavelmente, de forma explícita ou implícita, o reconhecimento da necessidade histórica de diferente relacionamento Norte/Sul e Sul/Sul.

É de salientar que o adensamento das relações Sul-Sul, implicando estratégias regionais de «autocentrismo colectivo» ou «collective self-reliance», é condição necessária do próprio autocentrismo nacional, ou seja, de estratégias nacionais de desenvolvimento endógeno visando reduzir a dependência externa. E inversamente: a motivação para a «confiança nas próprias forças» à escala nacional é o agente decisivo do alinhamento internacional na cooperação Sul-Sul. Na realidade, as dimensões externa e interna da estratégia de desenvolvimento encontra-se inextricavelmente associadas.

6. A noção de «desenvolvimento» é uma falsa ideia clara. Os economistas usam-na abundantemente, sem grandes complexos, mas as diferenças implícitas de concepção são enormes, mesmo no terreno que usualmente se considera coberto pela Ciência Económica; maiores perplexidades são reconhecidas e assumidas por sociólogos e antropólogos e mesmo por historiadores e filósofos. Se assumimos, sem maiores precisões, que desenvolvimento é conceito normativo que implica certa noção de progresso ou progressividade na História é altura de perguntar se a ideia pobre e

mimética do desenvolvimento, como aparece correntemente referida por economistas, tem alguma eficácia na prática social, além de mérito analítico. É diferente, porventura, quando se fala de «outro desenvolvimento» ou «desenvolvimento alternativo» ou quando, simplesmente, essas ideias são formuladas como área de investigação, de pesquisa na teoria e na prática e não como matéria de julgamento dogmático, apriorístico. Admitamos, todavia, sem maior discussão, que existe, na presente conjuntura histórica, a necessidade duma concepção (e motivação) de desenvolvimento que possa funcionar, no terreno da prática social, como *utopia eficaz*, isto é, utopia portadora duma dinâmica de processos. Ou tal como referiu François Perroux, algo que aponte simultaneamente uma sociedade *ótima* e que possa entender-se como *limite* dum caminho no processo histórico, sem necessariamente constituir sociedade *terminal* desse processo (11). Chamar a isso comunismo ou outro nome qualquer não é relevante para o nosso propósito, neste texto.

Neste sentido, para além de todas as «crises» de que actualmente se fala, existe também uma crise de ideologia, de ideologia não no sentido de instrumento da conservação do *status quo* mas antes da sua mudança. Um dos factores explicativos dessa situação reside talvez na dúvida que se instalou nos ideólogos, ou alguns deles, sobre a necessidade histórica do progresso humano, isto é, sobre a convivência reconfortante das ideias e agentes portadores de progresso com o «sentido» da História.

Condorcet, Tocqueville e Marx (por exemplo) foram profundamente optimistas, pois por muito sombrio que se revelasse o presente, criam que o futuro seria certamente luminoso. Actualmente, parece inverter-se dalgum modo essa percepção: o futuro parece desenharse

(8) Ainda que o "micro" convencional dos manuais de economia se adapte à problemática das E.T., Tanto como o "macro" igualmente convencional se adapta à economia da Guiné-Bissau...

(9) *Trade and Development Report* (1983), p.95.

(10) Para uma descrição metodológica do projecto, cf. G.A. Cornia, A. Duval e J. Royer, "The Unitad Project: a model for exploring prospective long-term changes in the World Economy", in *Trade and Development* (UNCTAD review) n.º 3, Inverno 1981.

(11) Na linha do que Perroux chamou a *visão comum ao Ocidente*: a procura da sociedade sem coacção e da economia sem escassez. Cf. *Économie et Société* — Conscience, Échange, Don, P.U.F., 1962, Paris.

(ainda) mais sombrio do que o presente. Na sua visão cristã da História, Teilhard de Chardin — ainda que profundamente optimista — reconhecia que a liberdade humana introduzia na História o *risco do malogro*. Esse *risco do malogro* plane-tário é hoje crescentemente consciencia-lizado. Talvez mais que as vias e meios de evitá-lo.

Porém, a amplitude e a profundidade da presente crise geram ocasião privi-legiada de igualmente ampla e profunda revisão de conceitos tal como o foi a crise dos anos 30. Mas não é só isso: no ter-reño das lutas sociais, ao Norte e ao Sul do planeta, mobilizam-se novos agentes de mudança e surgem novos projectos e meios de acção. Na defesa da paz e do desarmamento, na protecção da Natu-reza, bem como nos combates pelo em-prego, condições de trabalho, nível de vida e género de vida, ainda, na salva-guarda das culturas e independências nacionais, bem como das autonomias regionais, face aos grandes poderes e interesses que procuram adaptar-se à

mudança consolidando e reforçando o seu domínio num sistema internacional-mente mais hierarquizado e implacável, em todas estas áreas de combate está-se já, talvez, a inventar a utopia que referimos.

7. Num breve panorama sobre as ten-dências dos últimos trinta anos de rela-ções económicas internacionais refe-rimos algumas das alterações mais si-gnificativas que caracterizam o último quartel do século relativamente ao ter-ceiro. Uma olhadela pela viragem do segundo para o terceiro milénios da era cristã, tal como podemos vislumbrá-la hoje, retroage sobre a nossa consciência do presente, tornando-a mais penetrante e dramática. Aquilo que o passado re-cente e o futuro imediato nos revelam está longe de ser a construção de uma «Nova Ordem Económica Internacional» fundada nos princípios consagrados na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, aprovada por larga maioria

na Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 1974. A «novidade», se é disso que se trata, encontra-se, hoje, mais na recuperação e fortalecimento dos mecanismos de dominação e depen-dência e no reforço da hierarquia do sis-tema mundial a partir do seu topo. Contra toda a lógica do *desejável* que se consi-dera *possível* impõe-se o *provável* que, todavia, parece cada vez mais prenunciar o *inviável*.

Se como escreveu Sandro Sideri (12) a grande crise actual do capitalismo não denuncia o seu fim, mas tão somente o fim duma época, talvez com ela finde também uma particular *inteligência* da mesma, reconstruindo-se, agora, peno-samente, um novo entendimento do passado, do presente e do futuro.

(12) "The International Dimensions of the De-velopment Process and the Changing World Economy", in *Development and Peace*, Budapest, Vol. 4, n.º 2, Outono de 1983.

SOGGE - AUDI

SOCIEDADE DE GESTÃO E AUDITORIA, LDA.

Dispondo de um corpo técnico permanente pluridisciplinar, complementado por consultores para certos domínios especializados, a SOGGE-AUDI oferece uma vasta gama de serviços de consultoria, nomeadamente nas seguintes áreas de actividade:

- Análise de viabilidade de projectos de investimento
- Estudos económico-financeiros
- Reestruturação económica e financeira de empresas
- Planeamento sectorial e empresarial
- Estudos básicos de projectos
- Sistemas de informação e organização de empresas
- Auditoria e fiscalidade
- Integração europeia
- Avaliação de empresas

INSTALAÇÕES:

Rua da Imprensa (À Estrela), n.º 9 r/c Esq.º
1200 LISBOA

Tel.: 602535/609752
Telex 42817 SOGEPI P